

# DESTAQUES



**Acidente em Nicoadala faz 14 mortos e aumenta estatísticas da sinistralidade na Zambézia**



Somos o melhor parceiro audiovisual

Disponemos os seguintes serviços: i) **Consultoria Multimédia**; ii) **Assessoria de Imprensa**; iii) **Produção Audiovisual**.

# ANUNCIE CONNOSCO

E-mail: [comercial@hojeemmocambique.org](mailto:comercial@hojeemmocambique.org)

Desespero na procura de oportunidades de emprego

## Mais de vinte jovens afirmam terem sido burlados por uma suposta organização denominada AND-MOZ na Zambézia



©Hoje em Moçambique: Supostos contratos e processos de inqueridos

**N**os últimos tempos, os desafios relacionados com a obtenção de um emprego para garantir o sustento familiar e suprir algumas necessidades ainda persistem no seio das comunidades, principalmente entre a camada juvenil.

Na Zambézia, uma associação denominada Associação Nutrição em Desenvolvimento (AND-MOZ) lançou um concurso para contratar supervisores, agentes de campo e outros cargos ligados à nutrição. Neste âmbito, mais de 500 pessoas concorreram a estas vagas. Até aqui, tudo parecia bem.

O problema surgiu quando os candidatos apurados e contratados pela associação foram enviados para os distritos onde a entidade actuava, nomeadamente Inhassunge, Maganja da Costa, Gurué, Ilé e Alto Molocué, entre outros. O envio foi feito sem qualquer valor destinado a hospedagem ou alimentação, obrigando os candidatos a

utilizarem os seus próprios recursos para sobreviver enquanto aguardavam uma resposta da instituição em relação a este assunto.

“Depois de tudo isso, a nossa coordenadora, Dionizia, disse-nos que tínhamos que ir ao distrito porque as actividades iriam iniciar duas semanas depois. Todos nós saímos, gastamos o nosso dinheiro e ficamos nos distritos”, explicou Rosa (nome fictício), uma das candidatas apuradas, que preferiu falar sob anonimato.

“Gastei tudo quando vivi no distrito: transporte, alimentação, casa de aluguer, até produtos de higiene. Tudo saiu do meu bolso. A associação prometeu devolver, mas até agora nada foi feito”, acrescentou Maira (nome fictício).

Com base nos depoimentos recolhidos, tudo não passa de uma burla contra estes jovens, visto que tiveram a

aconteceu em Nicoadala, questionamos a senhora Dionizia se teria recebido o valor, e ela respondeu que sim, dizendo que entregou à directora. Perguntamos à directora e ela disse que o dinheiro estava na conta. Apenas pedimos a devolução, que até hoje não chega.”

Esse episódio mostra a fuga de responsabilidades entre os dirigentes da associação, facto lastimável para quem usou os seus recursos sem qualquer retorno.

Devido a este desmando, mais de vinte supostos lesados deslocaram-se até à casa da directora da associação para reivindicar os seus ordenados de três meses, bem como os valores que dizem ter sido burlados, variando entre 20 a 50 mil meticais. Como explicou Zeferino Madeira: “Cada um foi burlado com valores diferentes: 25, 40, 50 mil meticais. Estamos aqui para reivindicar esse valor e também os salários refe-

oportunidade de se deslocar ao terreno, mas a entidade não se responsabilizou pelos pagamentos devidos aos seus funcionários.

O que mais preocupa o grupo afectado é o silêncio da associação. Segundo relatos, os responsáveis assumiram que tinham valores disponíveis nas contas, mas sem qualquer canalização para os candidatos. Uma das denunciantes relatou: “Num encontro que

rentes ao tempo que passamos nos distritos a trabalhar sem receber.”

Acrescentou ainda que, durante as actividades no campo, alguns contraíram dívidas. E, ao regressarem à cidade de Quelimane, encontraram a sede da associação de portas fechadas.

Questionados sobre o motivo de não terem suscitado a cobrança de valores, alguns lesados afirmaram que a fome e a falta de emprego no país contribuíram para que fossem enganados pela associação. “Num país onde não há emprego para os jovens,

quando pedem dinheiro muitos acabam por aceitar. Nós estamos com fome”, lamentou uma das vítimas.

Por outro lado, os lesados não são apenas os candidatos contratados. O proprietário da casa onde a associação estava instalada também reclama uma dívida de um milhão e oitocentos mil meticais. Segundo ele, a directora chegou a assinar um termo de compromisso para pagar em três tranches, mas o mesmo duvida da seriedade do acordo. “Conversamos com ela e ela fez um termo de compromisso. Mas eu

duvido que vá pagar, porque é uma senhora cuja conduta não me convence.”

Enquanto não surgirem oportunidades para a população, sobretudo para a camada juvenil, desafios como estes, continuarão a persistir, e situações semelhantes serão vivenciadas no dia a dia de aflição em que muitos jovens procuram emprego para superar as barreiras enfrentadas diariamente.

**Por: CAMANETE AGOSTINHO**

Actividades de sobrevivência sem sucesso

## Falta de pagamento e insegurança desafiam taxistas de bicicleta no distrito de Milange



©Hoje em Moçambique: Longas distâncias sem pagamento

**O mau comportamento de alguns clientes de táxi-bicicleta no distrito de Milange** tem sido um assunto que levanta debate entre os praticantes desta actividade e a comunidade em geral daquela parcela do país.

Depois de percorrerem certas distâncias, confiantes de que, ao chegar ao destino marcado, os taxistas receberão uma recompensa justa conforme acordado antes do início da

Depois de percorrerem certas distâncias, confiantes de que, ao chegar ao destino marcado, os taxistas receberão uma recompensa justa conforme acordado antes do início da viagem, surge um problema: alguns clientes optam por não cumprir com o pagamento dos serviços de que usufruíram para chegar ao seu destino.

“Carregamos pessoas, mas quando chegam ao destino marcado, mal descem e já começam a complicar.

Quando vemos que é um problema, deixamos, porque o cliente não quer nos pagar. Vivemos isso quase todos os dias”, explicou Marcelino João, taxista há mais de 10 anos e residente local.

Mesmo sem pagamento, há quem diga que não vai desistir desta actividade por ser a principal fonte de sustento da família. “Aqui não há emprego, não há nada. Como não tenho o que fazer, também não posso desistir deste serviço, mesmo sem nos pagarem, porque é daqui que consigo ter dinheiro para ajudar em casa”, frisou Amilton, para acrescentar que, nos últimos tempos, enfrentam também graves problemas relacionados com a falta de clientela. “O trabalho está indo, mas aqui em Milange não há movimento. Estamos a fazer um esforço para obter dinheiro com esta actividade, mas as coisas estão muito difíceis actualmente.”

Por outro lado, a agressão por parte de malfeitores é outra preocupação. Segundo depoimentos recolhidos, há dias em que a rotina destes trabalhadores é marcada por momentos de

 @hojeemmoçambique

Nampula - Moçambique  
E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

de terror. Isso porque, ao transportar certas pessoas, chegando ao destino, os clientes optam por arrancar-lhes os meios de transporte, que para os donos representam o sustento da família. "Tem vezes em que, quando chegamos ao destino, os clientes tiram catanas e nos ameaçam para entregarmos as nossas bicicletas. Isso é preocupan-

te, porque quando nos arrancam os meios, somos obrigados a recomençar a vida do zero", disse um dos entrevistados.

De acordo com os relatos, a falta de emprego no país, em particular no distrito de Milange, bem como a escassez de oportunidades, faz com que vários

jovens exerçam esta actividade, mesmo possuindo diplomas de formação em diferentes áreas, que permanecem guardados em casa após várias tentativas de concorrer a empregos sem sucesso.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Estradas da Zambézia continuam a ser palco de tragédias rodoviárias

## Acidente em Nicoadala faz 14 mortos e aumenta estatísticas da sinistralidade na Zambézia



No entanto, outra fonte, que seguia na mesma viatura de passageiros com destino a Gurué, afirmou que a manha estava marcada por cacimba, situação que exigia maior prudência. "Esse carro ultrapassou-nos pelo caminho. Vinha

@Hoje em Moçambique: Camião envolvido no acidente

**C**ada dia que passa aumenta a preocupação sobre o que poderá acontecer no dia seguinte na Estrada Nacional nº 1 (EN1), no troço entre Alto-Molocué e Nicoadala, e na Estrada nº 10, entre Nicoadala e Quelimane, onde os acidentes de viação têm vindo a tomar contornos alarmantes e a contribuir, de igual modo, para o aumento de óbitos.

Na madrugada deste sábado, 13 de Setembro do ano em curso, um acidente de viação envolvendo uma viatura de transporte semi-coletivo, que fazia

o trajecto Quelimane-Gurúè, e um camião de carga que seguia de Nicoadala para Quelimane, culminou com a morte de 14 pessoas que se encontravam nestes meios de transporte. Apenas três pessoas sobreviveram, em estado grave, tendo sido evacuadas para o hospital mais próximo.

"O minibus que vinha de Quelimane circulava a grande velocidade. Mal chegaram a este local, colidiram, e foi daí que aconteceu o acidente", contou uma testemunha do sinistro, ocorrido na zona de Mucelo, distrito de Nicoadala.

muito carregado e, com cacimba, não se pode correr muito. É sempre bom andar normalmente, porque muitas vezes não conseguimos ver bem o que está à nossa frente", acrescentou, com os olhos marejados pelo cenário vivido.

Embora a velocidade seja apontada como uma das principais causas da sinistralidade, a fraca visibilidade devido à cacimba que se registava naquela madrugada pode também ter contribuído para a ocorrência do acidente.

Minutos depois do sinistro, a Administradora do distrito de Nicoadala, o Procurador-Chefe e o Comandante Provincial, entre outras entidades, deslocaram-se ao local. Adelina Tiroso, administradora de Nicoadala, mostrou-se consternada pela situação. “As primeiras palavras são de tristeza, porque, como sabem, testemunhamos este trágico acidente, onde perdemos vidas humanas e temos pessoas em estado grave que foram socorridas para o hospital.”



©Hoje em Moçambique: Transporte semi-colectivo envolvido no acidente

Este foi o terceiro acidente fatal registado na província da Zambézia na mesma semana. O primeiro ocorreu na passada quinta-feira, em Mugulama, distrito de Ilê, envolvendo um autocarro de passageiros e um camião de carga, que tirou a vida a duas pessoas. O segundo aconteceu no distrito da Maganja da Costa, resultando também em duas mortes, quatro feridos ligeiros que posteriormente foram socorridos para o Hospital Distrital da Maganja da Costa e um ferido grave, que foi evacuado para o Hospital Central de Quelimane.

Para recordar, em menos de seis meses, mais de 50 pessoas perderam a

vida em acidentes de viação na Zambézia. Exemplos incluem:

- 2 de Fevereiro de 2025: oito pessoas, incluindo um agente da Polícia, morreram em Naciaia, distrito de Namacurra, após um choque entre um minibus (Quelimane–Gurúè) e uma viatura do tipo Canter que saía de Mocuba com destino a Quelimane.
- 13 de Abril de 2025: duas pessoas ficaram gravemente feridas na zona da Amizade (EN1, Namacurra). Um minibus proveniente de Mocuba, ao tentar desviar-se de um ciclista, atropelou-o e atingiu ainda um jovem que se encontrava numa banca à beira da estrada.

faleceram devido ao choque entre uma viatura e um velocípede sem motor, em Namacurra.

- 11 de Setembro de 2025: em Mugulama (Ilê), um acidente entre um autocarro de passageiros e um camião de carga provocou a morte de duas pessoas.
- 13 de Setembro de 2025: o acidente de Mucelo (Nicoadala), com 14 mortos e três feridos graves, seguido, no mesmo dia, por outro acidente na Maganja da Costa, com mais duas vítimas mortais.

Todos esses casos, deixaram luto na vida dos moçambicanos em particular a população da província da Zambézia, viagens que resultaram num silêncio total nas vozes de quem faziam a diferença na vida de alguém que hoje tornou-se pesadelo.

A pergunta que não quer calar é: **o que estará a falhar para que estes acidentes continuem a crescer, mesmo com as sensibilizações levadas a cabo pelas entidades competentes?**

Por: CAMANETE AGOSTINHO



©Hoje em Moçambique: Algumas vítimas em Nicoadala

- 15 de Maio de 2025: oito pessoas perderam a vida na localidade de Munhiba. Apenas uma sobreviveu, por sinal, o motorista de uma das viaturas envolvidas.

- 17 de Julho de 2025: quatro membros da mesma família

# Crónica do Dia

[www.hojeemmoçambique.org](http://www.hojeemmoçambique.org)

**ERNESTO TIMBE**

## QUANDO O ESTADO CANSA DE SER ÁRBITRO E INSISTE EM QUERER SER JOGADOR

Quando o Estado abandona o apito e decide vestir a camisola 7 ou 10, não por convocação popular, mas por auto-selecção patriótica com direito a selfie institucional, não estamos perante uma jornada qualquer. Trata-se de uma jogada ensaiada com estádio fechado, relvado censurado, bancada com lugares numerados para os aplausos e transmissão em diferido, comentada por analistas previamente treinados em “interpretação positiva de medidas restritivas”. Tudo isto patrocinado por “Interesse Público, Lda.”, empresa de fachada que vende silêncio como produto nacional.

Em Moçambique, a nova proposta de Lei da Comunicação Social é o equivalente jurídico a um árbitro que, farto de soprar faltas, resolve marcar golos, escolher os comentadores, redigir o regulamento do campeonato e ainda exigir que o adversário jogue descalço, sem bola e com colete reflector. Tudo isto com a solenidade de quem acredita que a liberdade de imprensa é uma modalidade olímpica que só se pratica com autorização, farda e crachá.

Durante décadas, a Constituição da República tem prometido liberdade de expressão com a mesma convicção com que se promete água potável em zonas sem canos. Está escrita, sim, mas não chega. O artigo 48.º proclama direitos com pompa, embora na prática sejam tratados como decoração institucional, tal como aqueles quadros em salas de espera que ninguém lê, mas todos fingem respeitar. Agora, com esta proposta de lei, o Estado deixa de ser apenas o editor invisível e passa a ser sócio, administrador, redactor-chefe,

director de fotografia, responsável pela secção de horóscopo e, se sobrar tempo, também meteorologista da previsão editorial. O artigo 23.º permite ao Estado adquirir participações em órgãos privados de comunicação social, invocando o interesse público como quem invoca um santo padroeiro para justificar milagres editoriais.

Ou seja, o árbitro entra em campo, joga, marca os golos, apita o fim do jogo e ainda exige que o público aplauda de pé, sob pena de desacato à ordem democrática e cancelamento do subsídio.

Mas não se fica por aí. O artigo 5.º impõe uma lista de limites ao exercício da liberdade de imprensa que faria corar qualquer manual de censura vintage: protecção da honra, da imagem, da infância, do segredo de Estado, da ordem democrática, da moral pública e, evidentemente, do “interesse público”. O problema não reside na existência de limites, pois toda liberdade tem os seus contornos.

A questão está na amplitude e ambiguidade desses limites, que permitem interpretações tão flexíveis quanto um ginasta em campanha eleitoral. O “interesse público”, por exemplo, pode justificar desde a publicação obrigatória de notas oficiosas até à intervenção directa na linha editorial, passando por editoriais escritos em nome do povo, mas com assinatura institucional e revisão ministerial.

E como se não bastasse, a proposta estende o seu braço regulador aos jornalistas estrangeiros, como quem diz: “Se quiserem cobrir Moçambique, que seja com moderação, supervisão e, de preferência, com um tradutor institucional ao lado.” Cada órgão internacio-

nal poderá ter no máximo dois correspondentes acreditados, com carteira profissional emitida em território nacional. É como exigir que o turista traga passaporte, vacina, guia turístico e um juramento de fidelidade à narrativa oficial. Trata-se de turismo jornalístico com visto limitado, guia obrigatório e pulseira de controlo narrativo.

Menos jornalistas significa menos olhos atentos, menos perguntas incómodas, menos reportagens que escapam ao controlo narrativo interno. A soberania informativa, neste modelo, é como uma cerca: protege, sim, mas também impede que se veja o incêndio do outro lado. E ainda cobra bilhete para quem quiser espreitar.

Os riscos não são apenas locais. São regionais, globais e, por vezes, irreversíveis. Basta olhar para o mapa da censura institucional para perceber que o jogo já decorre noutros campos. Na Eritreia, todos os meios independentes foram encerrados desde 2001. O Presidente Isaias Afewerki é considerado um predador da liberdade de imprensa e usa a mídia como porta-vozes pessoais.

No Sudão, pratica-se a censura pré-publicação. Jornalistas são detidos arbitrariamente e precisam de autorização para trabalhar. A liberdade de informação é uma miragem legal. Na Guiné-Bissau, os jornalistas enfrentam pressões políticas e económicas diárias. Muitos já nem vão a coberturas por medo de represálias.

A liberdade de imprensa caiu no ranking como quem tropeça num microfone desligado. Na Rússia, a legislação permite banir aplicações e prender críticos. Na China, a “Great Firewall” bloqueia conteúdos contrários ao Partido e transforma a internet num aquário com peixes aprovados. Estes exemplos mostram que o controlo estatal da comunicação não é apenas uma

questão de regulação. É uma estratégia de silenciamento. E quando o Estado decide o que é verdade, o jornalismo transforma-se em publicidade institucional com logotipo oficial.

Estas medidas colocam em risco a cobertura plural de temas sensíveis, como conflitos armados, corrupção, desastres naturais ou violações de direitos humanos.

Comprometem a mobilização internacional de apoio e solidariedade, ao limitar a visibilidade de problemas locais. E enfraquecem a colaboração entre jornalistas moçambicanos e estrangeiros, que tantas vezes resulta em investigações conjuntas de grande impacto e de grande incómodo institucional.

No fundo, o que se vê é um Estado que, em vez de garantir o campo para o jogo democrático, decide ser jogador, treinador, dono do estádio, comentador oficial, árbitro do VAR e ainda responsável pela venda de pipocas.

E quando o árbitro vira jogador, exige a braçadeira de capitão, o direito exclusivo à última palavra e o privilégio de escolher o hino que toca antes do jogo. O jogo deixa de ser jogo. Passa a ser encenação, com cenário, figurino, censura incluída e aplausos obrigatórios.

A pergunta que fica é: o que teme o Estado quando limita quem pode contar a sua história? Será que a soberania se protege com silêncio ou com transparência? E se a verdade for inconveniente,

deve ser barrada na fronteira, revistada e devolvida com carimbo de "não recomendável"?

Porque quando o Estado troca o apito pela camisola 7 ou 10, não há democracia que resista ao fora-de-jogo institucional. E o jornalismo, esse teimoso que insiste em perguntar, acaba por ser substituído por boletins, comunicados e notas oficiosas com "devido relevo".

Tudo em nome da liberdade, desde que seja a liberdade de não incomodar, de não investigar, de não contrariar. Uma liberdade com guião, figurino e horário de emissão. E, claro, com direito a intervalo para publicidade institucional.